

“Classe social atingida seria a mais despreparada com relação às leis”

Maria Suzana De Stefano Menin

O que vou mostrar é resultado de uma pesquisa que fiz a pedido do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Presidente Prudente, junto a 480 adolescentes, em 11 escolas (três particulares e oito públicas).

Os dados obtidos mostram a imaturidade dos nossos adolescentes a respeito das leis. Antes de discorrer sobre eles, no entanto, ressalto que utilizei como subsídio para analisá-los o posicionamento de dois psicólogos a respeito do desenvolvimento da criança e do adolescente diante das leis. O primeiro que estudou isto, há muitos anos, foi Piaget, que descobriu que as crianças, conforme cresciam, tinham fases de pensamento sobre as regras. Piaget descobriu três estágios na consciência das regras e quatro em sua prática. Numa primeira fase, as crianças não têm nenhuma noção das regras (chamou de não consciência das regras) e a prática é somente motora, ou seja, elas apenas imitam os mais velhos.

Numa segunda etapa, as crianças têm uma consciência heterônoma, ou seja, acham que as regras vêm de fora, quem as inventou foi Deus ou um grande general, que elas não podem ser mudadas e que devem ser obedecidas para que não haja punição, para não ferir o que a autoridade manda. Junto com esta consciência, a prática é imitativa e egocêntrica, isto é, embora a criança pense que a regra é sagrada e não pode ser mudada,

nada a impede de adaptá-la quando julgar necessário. Numa terceira fase da consciência, a criança vê as regras como produto de um acordo entre as pessoas, para benefício do grupo que as fez. Neste momento, ela tem uma prática coerente com as regras que conhece.

Já na época de 70 a 90, temos pesquisas feitas por Coubi e Tapi, que estudaram a evolução da consciência das leis em crianças e adolescentes. Eles também descobriram três estágios de evolução da consciência das leis. O primeiro é pré-convencional, quando o adolescente vê a lei como uma coisa punitiva e restritiva, que nunca deve ser desobedecida, pois não é mutável. Esta seria a consciência mais primitiva das leis. Numa segunda etapa, chamada de convencional, o adolescente vê a lei como um guia para a ação, ou seja, aquilo que tem que ser obedecido por ser lei ou para agradar as expectativas das pessoas ao nosso redor. Neste caso, as leis devem ser obedecidas para manter a ordem social, mas podem acontecer situações em que é certo desobedecê-las. Por exemplo, um adolescente respondeu a pesquisa dizendo que não se pode dirigir sem carta, mas se a mãe estiver doente e ele precisar levá-la ao hospital, vai fazê-lo. Numa terceira etapa, que já seria dos adultos, a pessoa vê a lei como algo que surge de uma necessidade social, para garantir o be-



nefício da maioria; uma lei é justa enquanto ela serve para a maioria das pessoas, deve ser obedecida se garante este benefício, pode ser mudada e até desobedecida quando for injusta, mal feita.

O que nossos adolescentes responderam? Em primeiro lugar, vale destacar que 80% dos jovens das escolas públicas têm renda inferior a 10 salários mínimos; 80% de quem está nas particulares têm renda superior a 10 mínimos. Sobre o que é uma lei, nos dois casos a resposta foi convencional, de que é uma ordem a ser obedecida. Uma minoria, porém maior nas escolas particulares, diz que a lei é um guia de ação, ou seja, sobre o que se deve e não se deve fazer.

Na segunda questão, “o que aconteceria se não tivéssemos leis?”, a maioria mais acentuada nas escolas particulares vê o mundo como sendo um caos, aconteceriam arbitrariedades.

Numa outra pergunta, "por que as pessoas devem obedecer as leis?", a maioria (mais nas particulares), disse que é para o bem da população. Se "as leis podem ou não ser mudadas": 84% nas particulares e 61% nas públicas disseram que sim. "Às vezes pode ser certo desobedecer uma lei?" Nas particulares, 64% disseram sim; nas públicas, 60% responderam que nunca é certo desobedecer uma lei. Pela literatura, isto é uma resposta infantil, que traduz uma visão acrítica sobre as leis.

"De tudo o que você conhece de mundo, o que apontaria como injusto?" Nas particulares, 21% citaram a atuação incorreta de policiais, o favorecimento dos ricos, problemas sociais e cometer uma infração (houve uma confusão entre injusto e cometer um crime). "O menor de idade pode ser preso?" Nas particulares e nas públicas, 64% dizem que não poderia ser

"Há mais conhecimento das leis nas classes sociais mais favorecidas, enquanto que nas mais pobres prevalece uma visão pouco crítica"

preso. Na pergunta sobre se "as leis podem ser mudadas?", notamos que a resposta é positiva na medida em que cresce a renda dos entrevistados. Quanto mais pobre é o aluno, mais ele acha que não deve desobedecer as leis nunca. Isso mostra claramente que há mais visão crítica e conhecimento das leis nas classes sociais mais favorecidas, enquanto que nas mais pobres preva-

lece uma visão pouco crítica, infantil e de desconhecimento das leis.

Para finalizar, a questão sobre o rebaixamento penal: "O menor deve ser punido como um adulto quando comete um crime?" A maioria acha que sim, por vários motivos: os jovens têm consciência do certo e do errado, quem comete um crime deve ser punido, ser mais novo não justifica o erro etc. É mais frequente a resposta que NÃO deve ser punido como um adulto entre os jovens da escola particular. Sobre o ECA, a maioria (53% nas escolas públicas e 30% nas particulares) não respondeu ou alegou desconhecer.

Estes dados mostram a imaturidade dos jovens em relação às leis, principalmente nos de escolas públicas e de baixa renda. Portanto, se houver o rebaixamento da maioridade penal, a classe social que será atingida é a mais despreparada com relação às leis.